

CPI comprova precariedade do sistema

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Vereadores do Rio criada para apurar a situação da cardiologia no Estado concluiu que os serviços públicos são precários e insuficientes para atender à população. Após seis meses apurando dificuldades e irregularidades no tratamento de problemas cardíacos, a CPI propõe o reequipamento dos serviços e a criação de uma central de emergência computadorizada (para que os pacientes não fiquem peregrinando por hospitais não habilitados a socorrê-los) e de uma unidade para atendimento terciário na Zona Oeste.

— É preciso reequipar os hospitais, principalmente levando-se em conta que os problemas cardíacos são a principal causa de morte no País. Se houvesse mais hospitais capacitados para operações de emergência e a população tivesse acesso a diagnósticos precoces, esse quadro poderia ser mudado — afirmou a Vereadora Laura Carneiro (PSDB), Presidente da CPI.

Laura Carneiro ressaltou que

entre os dados obtidos está o de que a mortalidade relativa a doenças cardiovasculares vem aumentando: era de 35,4 por cento em 1980, passou para 37,5 por cento em 86 e está em torno de 40 por cento. Em pesquisa feita em 11 hospitais públicos do Município, a CPI constatou que a média mensal de atendimentos cardíacos é de 21 mil, com 106 cirurgias, das quais dez para implantação de marcapasso definitivo. De acordo com a pesquisa, o Serviço Público de Cardiologia do Município oferece 588 leitos e a mortalidade cardíaca varia de cinco por cento, no Instituto Estadual de Cardiologia Alvaro Castro (Iecac), a 28 por cento, no Hospital Miguel Couto, cujo atendimento é praticamente de emergência.

A pesquisa incluiu os hospitais Miguel Couto, do Fundão, Rocha Faria, de Ipanema, Paulino Werneck, Rocha Maia, Iecac, Souza Aguiar, de Laranjeiras, do Andaraí e dos Servidores. No Andaraí, 12 leitos foram desativados por falta de pessoal.